

Carta-relatório-propositiva
Rio de Janeiro, 5 de abril de 2018.

Caras e caros colegas de PPGCI:

Obrigada Andréa Doyle e Nathália Romeiro pelo esforço realizado e por compartilhar conosco sua iniciativa.

Vou expor, nessa carta-relatório, as razões que me levam a discordar tecnicamente dos critérios propostos para o novo sistema de atribuição e manutenção de bolsas de mestrado e doutorado.

Essa exposição é também um convite a todo o corpo discente do PPGCI a apropriar-se desse importante debate que diz respeito à nossa rotina discente.

Ao meu ver, é necessário uma compreensão objetiva dos critérios adotados pela CAPES para avaliar os programas de pós-graduação *stricto sensu* a fim de elaborarmos uma proposta de mudança tal como a sugerida pela representação discente.

Esses critérios estão detalhados no que se chama “documento de área”. Esse documento é o que norteia todo o processo de avaliação de um programa e está disponível para consulta pública no portal da CAPES.

Para agilizar o acesso a essas informações que nos são de urgente relevância, compartilho também o documento completo a fim de que todas as pessoas interessadas possam participar do debate e esclarecer dúvidas substanciais.

Se o objetivo é compreender qual a contribuição efetiva da produção discente na avaliação do nosso programa pela CAPES, um bom começo é analisar os indicadores adotados pela CAPES para nossa área específica de conhecimento – as “Ciências Sociais Aplicadas 1”.

Na composição da ficha de avaliação para os programas académicos é possível observar a definição de quesitos ou itens bem como seus distintos pesos na avaliação.

Temos 5 quesitos ou itens com os seguintes pesos:

1. Proposta do programa (_)
2. Corpo docente (20%)
- 3. Corpo discente/ Teses e Dissertações (30%)**
4. Produção intelectual (40%)
5. Inserção social (10%)

A tabela 4, abaixo, ilustra essa distribuição, servindo de excelente introdução.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO”

O Documento de Área 2016 fixou mudanças importantes na Ficha de Avaliação, muitas decorrentes de propostas resultantes da avaliação trienal anterior, tendo sido discutidas e votadas no Seminário de Meio Termo, em 2015. Essas mudanças tiveram por objetivo tornar mais claras as expectativas em torno de cada quesito e definir indicadores específicos que refletissem o consenso da área quanto aos critérios pelos quais cada programa seria avaliado.

A definição precisa desses indicadores decorreu também da ampla base de dados proporcionada pela plataforma Sucupira que permitiu aquilatar com maior objetividade e precisão os resultados alcançados por cada programa em aspectos que antes eram largamente dependentes de avaliações qualitativas e subjetivas. No entanto, os indicadores quantitativos e quali-quantitativos obtidos nunca foram considerados de maneira absoluta, *per se*, mas sempre confrontados com os relatos fornecidos pelos programas nos quesitos 1 e 5 que serviram de balizamento para os mesmos. A Tabela 4 apresenta a síntese e os pesos relativos de cada quesito nos programas acadêmicos e profissionais.

Tabela 4
SÍNTESE E PESOS DAS FICHAS DE AVALIAÇÃO

Quesito de Avaliação	Mestrado e Doutorado Acadêmicos	Mestrado Profissional
1. Proposta do Programa	-	-
2. Corpo Docente	20%	25%
3. Corpo Discente.Teses e Dissertações	30%	30%
4. Produção Intelectual	40%	30%
5. Inserção Social e Relevância	10%	15%

A nota atribuída ao Programa é decorrente dos conceitos obtidos em cada item de cada um dos cinco quesitos da ficha de avaliação, de acordo com a relação entre os conceitos e seus equivalentes numéricos. O detalhamento dos indicadores e métricas utilizadas será informado mais adiante.

Fonte: Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 – Comunicação e Informação, p. 11 (marcações minhas)

A observação atenta dos dados chama a atenção para o fato de que **a produção discente** tem **30% de peso** na avaliação total do programa contra **70% do peso** relativo à **produção docente**. Antes de observar como se dá essa avaliação no interior da produção discente vale a pena, contudo, entender como os conceitos são atribuídos às notas dos programas.

É importante lembrar que nosso programa havia alcançado a nota “5”, correspondente a “muito bom”, até sofrer um rebaixamento, em 2017, passando para a nota “4”, correspondente a “bom”.

Se comparados os conceitos “muito bom” e “bom”, da imagem abaixo, veremos que o que falta para que nosso programa volte a “ser muito bom” recuperando, como desejado, sua antiga nota “5” ou mesmo a superando, é sua inserção ou re-inserção “nacional/internacional” – fator decisivo, que marca a distinção entre os conceitos “muito bom” e “bom”.

ATRIBUIÇÃO DE CONCEITOS E NOTAS

Os conceitos atribuídos sintetizaram as avaliações qualitativa e quantitativa dos programas, de acordo com as métricas e critérios definidos em cada item e quesito da Ficha de Avaliação pelo documento da Área. Conceitos e notas foram aplicados de modo comparativo e a combinação de 5 conceitos (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Insuficiente) em 7 notas (7, 6, 5, 4, 3, 2 e 1) permitiu expressar a qualidade de cada Programa.

Conceitos

MUITO BOM (Notas 7, 6 e 5)

- Programa responde plenamente aos critérios do Documento da Área.
- Programa obteve resultados de excelência.
- Programa com inserção nacional/internacional.
- Programa atende ou ultrapassa os parâmetros e índices de excelência da área.
- Programa que atinge os maiores índices na Produção Intelectual, na faixa Muito Bom.

BOM (Nota 4)

- Programa responde adequadamente aos critérios do Documento da Área.
- Programa com inserção regional/nacional.
- Programa obteve resultados adequados.
- Programa atende aos parâmetros e índices da área.
- Programa que atinge, pelos menos, bons índices na Produção Intelectual, situados na faixa Bom.

Fonte: Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 – Comunicação e Informação, p. 12 (marcações minhas)

No que se refere à avaliação circunscrita à produção discente (cujo peso é apenas 30% na avaliação total) constata-se, consultando esse mesmo documento, que a produção discente relativa, por exemplo, a “apresentações de trabalhos em eventos científicos” ou sua “organização” bem como atividades de estágio docente não causam nenhum impacto métrico, pois simplesmente não contam como critérios de avaliação dos programas de ciência da informação.

Ora, o que impacta então a avaliação final em termos de produção discente concentra-se, assimetricamente sob dois eixos:

1-) o eixo que gira em torno da **formação de mestres e doutores** (com peso de **60%** na avaliação)

e

2-) o outro eixo que gira em torno da **publicação discente** (com peso de **40%**).

Essa assimetria de pesos na avaliação justifica-se na finalidade mais importante da avaliação da produção discente: o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

É possível observar isso de modo mais detalhado nas imagens que seguem abaixo:

3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações	30 %	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente.	20%	Foram considerados indicadores para esse item a razão entre alunos titulados e alunos matriculados e a razão entre alunos titulados e a dimensão do corpo docente permanente. A atribuição de conceitos seguiu os seguintes parâmetros, conforme sua adequação às diretrizes da área: Muito Bom (MB): acima de 88% Bom (B): entre 80% e 87% Regular (R): entre 70% e 79% Fraco (F): 60% a 69% Insuficiente (I): até 59%
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	Foi considerada nesse item a razão entre titulados orientados por docente permanente e titulados no período e o número de titulados orientados por cada DP (cada DP deve orientar pelo menos 2 discentes por biênio). Para a composição do índice, a relação titulados orientados por docente permanente/titulados teve peso de 50% e a relação docente permanente/titulados/ano teve peso de 50%. Foram estabelecidas cinco faixas, considerando a combinação entre os indicadores acima: Muito Bom (MB): acima de 90% Bom (B): entre 80% e 89% Regular (R): entre 70% e 79% Fraco (F): 50% a 69% Insuficiente (I): até 49%
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	40%	São consideradas como indicadores nesse quesito: a razão entre discentes que publicaram artigos em periódicos qualificados e o total de discentes matriculados; a razão entre discentes com trabalhos completos em anais e o total de discentes matriculados; e a razão entre alunos titulados que publicaram em periódicos B3 ou superior e total de alunos titulados. Para apuração desse item, foram elaborados 3 indicadores:

Fonte: Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 – Comunicação e Informação, p. 28
(marcações minhas)

	<p>(1) Proporção de discentes que publicaram em periódicos qualificados em relação ao total de discentes matriculados no quadriênio;</p> <p>(2) Proporção de discentes que publicaram trabalhos completos em anais de eventos e o total de discentes matriculados no quadriênio;</p> <p>(3) Proporção de discentes titulados que publicaram em periódicos qualificados (A1/B3) e o total de alunos titulados no quadriênio;</p> <p>Foi considerada como meta quando, pelo menos, 30% dos discentes tivesse satisfeito cada uma dos 3 objetivos. Para a composição do índice, o indicador (1) recebeu o peso de 30%, o indicador (2) o peso de 20% e o indicador (3) o peso de 50%.</p> <p>Foram estabelecidas cinco faixas, considerando a combinação entre os indicadores acima.</p> <p>Muito Bom (MB): acima de 75%</p> <p>Bom (B): entre 50% e 74%</p> <p>Regular (R): entre 20% e 49%</p> <p>Fraco (F): entre 10% e 19%</p> <p>Insuficiente (I): até 9%</p> <p>Obs.: Não foi contabilizada a produção de egressos nos anos posteriores a sua titulação em virtude de inconsistências observadas em relação ao seu cadastramento.</p>
<p>3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.</p>	<p>20%</p> <p>O ideal da área para a conclusão dos cursos é 50 meses para o doutorado e 30 meses para o mestrado. Foi considerado como indicadores nesse quesito o tempo médio de titulação de mestres e doutores.</p> <p>Foi considerado Muito Bom (MB) quando os limites estabelecidos pela área foram respeitados, e Bom (B) quando esses limites forma ultrapassados. Não foi necessário definir parâmetros para os demais conceitos porque todos os programas mantiverem-se bem próximos dos limites prescritos.</p> <p>Obs: Não foi gerado um indicador</p>

Fonte: Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 – Comunicação e Informação, p. 29 (marcações minhas)

O eixo **1-) de formação de mestres e doutores** compõe seu peso **(60%)** reunindo os seguintes quesitos ou itens: **1.1** “Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente (20%)”, **1.2** “Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do

programa” (20%) e 1.3 “Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados” (20%).

Já o eixo 2-) **de publicação discente** compõe seu peso (40%) a partir de apenas um quesito ou item: 2.1 “Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área”. Cada um desses quesitos ou itens também podem ser observados detalhadamente em sua avaliação.

Ora, a partir da análise atenta dos dados apresentados até aqui pelos indicadores definidos pela CAPES, torna-se evidente que os critérios, sugeridos pela proposta da representação discente para mudar o sistema de atribuição e manutenção das bolsas de pesquisa em nosso programa, acabam ironicamente aderindo a uma lógica muito mais produtivista do que àquela adotada pela própria instituição que vem avaliando historicamente a produção científica dos programas de pós-graduação em ciência da informação. Adesão essa que, em termos técnicos, pouco contribui na avaliação final do programa.

Nesse sentido, gostaria de alertar a todas e todos para o risco de que a adoção desses critérios, baseados num produtivismo draconiano, talvez leve a resultados contrários àqueles anunciados na proposta, isto é, à evasão de pós-graduandos. Isso sim, algo extremamente grave e prejudicial ao programa também em termos de inclusão social.

Minha sugestão para evitar que haja, com isso, um potencial desvirtuamento da finalidade da avaliação discente é que a proposta, apresentada por nossa representação, seja repensada coletivamente, adequando-se objetivamente à distinção de pesos já definida pelos próprios indicadores da CAPES. O que realmente conta para a melhoria efetiva da atual nota de nosso programa.

A assimetria de pesos entre o eixo **1-) de formação de mestres e doutores (com 60%)** e o eixo **2-) de publicação discente (com 40%)** é pertinente. Insisto mais uma vez nesse aspecto, porque não se pode perder de vista que a finalidade mais importante da avaliação da produção discente deve ser o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. O que se traduz na entrega de teses e dissertações dentro dos prazos estipulados bem como sua aprovação segundo critérios de excelência adotados historicamente pela comunidade científica e assim avaliados pela CAPES.

Afinal, enquanto corpo discente, qual é o nosso compromisso se não o de produzir teses e dissertações de excelência e não uma quantidade desproporcional de artigos cujo impacto será quase nulo na avaliação final porque irrelevantes em qualidade ou em virtude de seus recortes temáticos se repetirem na mesma proporção que seguimos o imperativo da publicação produtivista?

Levando em consideração a análise dos dados apresentados até aqui, minha proposta concreta a ser discutida coletivamente é de que a quantidade de publicações propostas pela representação discente, como novo critério de atribuição e manutenção das bolsas, seja reformulada da seguinte maneira:

- Sugestão de **1 publicação (A1/B3)** até o final da vigência da bolsa para os **mestrandos** (com o orientador ou outros colegas)

e

- Sugestão de **2 publicações (A1/B3)** até o final da vigência da bolsa para os doutorandos (com o orientador ou outros colegas)

Usei a palavra sugestão porque a publicação em periódicos de excelência está sujeita ao aceite ou recusa de pareceristas e não apenas à vontade e/ou “esforço intelectual individual” de seus autores, além de outros fatores.

Desde já muito obrigada pela leitura e atenção de todas e todos! Peço desculpas caso tenha deixado escapar alguns erros na primeira versão dessa **carta-relatório propositiva**. Passei a madrugada elaborando-a dada a urgência e a importância da questão. Tenho esperanças de ter contribuído de alguma forma para a qualificação desse debate.

Dedico essa modesta mini “pesquisação” aos meus professores e aos colegas que se tornaram e se tornarão amigas e amigos queridos no IBICT. Uma gente bacana que curte fazer ciência na cooperação e não na competição e fez valer a pena a aventura de me deslocar de São Paulo para o Rio de Janeiro. Agora sim posso, finalmente, dormir tranquila.

Será? ;-)

#Sim, ForaTemer; #MarielleVive!

Cordialmente, Nahema Nascimento Falleiros.
(doutoranda em ciência da informação – PPGCI/ECO/UFRJ)